



África Capital



Ruanda: a “Suíça africana” é o exemplo a seguir?

O pequeno país liderado há 20 anos por Paul Kagame tem sido apontado como um exemplo a seguir pelo resto do continente. O Ruanda fabrica ‘smartphones’ e vai lançar um satélite em breve. Mas o país que muitos consideram um modelo de sucesso é visto por outros como um estado autoritário, onde imperam o medo e o silêncio. Leia a análise. ● P2 e 3

TENSÃO

Eleições em Moçambique: oposição poderá não reconhecer resultados

Resultados só serão reconhecidos nas próximas semanas e existe o receio de que a Renamo não os aceite, invocando fraude. ● P4

TECNOLOGIAS

Digitalização está a revolucionar a forma como se fazem negócios em África

Negócios de economia digital estão a revolucionar a forma como se vive e como se trabalha em África. Leia a reportagem. ● P6

ANÁLISE

Jaime Nogueira Pinto: da África do pan-africanismo para a do nacionalismo

Em artigo para o África Capital, especialista diz que o dilema das sociedades africanas está hoje entre o nacionalismo e o tribalismo. ● P8



Jaime Nogueira Pinto
Político

Construir pontes para o futuro



Filipe Alves
Diretor do Jornal Económico

Este caderno mensal que o Jornal Económico oferece a partir de hoje aos seus leitores resulta do nosso compromisso de servir os leitores com informação relevante, rigorosa e de qualidade. Todas as terças sextas-feiras de cada mês, teremos notícias, entrevistas, análises e outros conteúdos exclusivos sobre o que acontece no continente africano.

Neste suplemento, que é coordenado pela jornalista Tatiana Engelbrecht e conta com as participa-

A nossa abordagem vai incidir sobre todo o continente africano, do Magrebe à África Austral, sem esquecer os países de língua portuguesa

ções da redação do Jornal Económico e de colaboradores sediados em vários pontos de África, vamos analisar os grandes temas decisivos para o futuro do continente, acompanhando a atualidade política, social e económica, medindo o pulso aos negócios, à inovação e às crescentes mudanças sociais e culturais.

A nossa abordagem vai incidir sobre todo o continente africano. Sem esquecer os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

(PALOP), vamos dedicar a nossa atenção também ao que acontece noutros estados, desde o Magrebe à África Austral. Procuramos assim ir além do tradicional enfoque na África de expressão portuguesa, como demonstra o trabalho que hoje publicamos sobre o Ruanda. Desta forma, procuramos contribuir para uma melhor compreensão destas realidades por parte do público português, quebrando barreiras e construindo pontes para o futuro. ●

CAPITAL AFRICANO

Em que pensa, quando pensa em África?



TATIANA ENGELBRECHT
Jornalista

Talvez pense na África das guerras civis, ditadores, violência e todo o tipo de carências. No continente de há 20 ou 30 anos.

Ou talvez seja um optimista e pense em CEOs com fatos lustrosos, a sair de aviões a jacto em modernos aeroportos em Maputo, Nairobi ou Lagos, apressados para fechar transacções com fundos de investimento europeus ou chineses. No fundo, na narrativa do “Africa Rising”, já caída nalgum descrédito.

Em ambos os casos, tem razão. África é tudo isso. E muito mais.

E está a mudar a uma velocidade impressionante.

É um continente diverso, com países em situações díspares. Alguns, claramente a tornarem-se economias competitivas. Veja-se o caso de Cabo Verde – focado na economia digital, conforme destacamos nesta primeira edição de África Capital. Ou o de Moçambique, com previsões de crescimento económico estonteantes, graças ao gás natural, mas com imensos desafios económicos e políticos, além de dívidas gigantescas para gerir, conforme abordamos também nesta edição.

E porque olhar para a África como um todo? Entre tantas razões, porque, se tudo correr como previsto, a futura Zona de Livre Comércio Continental, um mercado único de bens e serviços, terá em 2030 nada mais, nada menos do que 1.7 mil milhões de pessoas. É com olhos neste mercado potencial que centenas de empresas estão hoje a abordar o continente.

E o que lhe podemos prometer com este novo suplemento do Jornal Económico? Um renovado olhar para a África – para os países lusófonos, mas também para além destes. Uma visão abrangente – não apenas focada nos problemas, mas também nas soluções que vão sendo encontradas. E os olhos postos no futuro – porque é cada vez mais claro que, para a economia global, África será, cada vez mais, um ponto central. Um ponto Capital. ●

Se tudo correr como previsto, a futura Zona de Livre Comércio Continental de África terá 1,7 mil milhões de pessoas em 2030

POLÍTICA

O que a “Suíça africana” tem (ou não) a ensinar ao resto do continente

O pequeno país liderado por Paul Kagame fabrica *smartphones*, vai lançar um satélite e já é chamado de “Suíça africana”. Será o Ruanda o exemplo a seguir em África?

TATIANA ENGELBRECHT
tatiana@afriacapital.net

E se o seu próximo *smartphone* for feito não na China, mas no Ruanda? A pergunta pode parecer disparatada, mas, este ano, deixou definitivamente de o ser. Em Outubro, o Mara Group inaugurou na capital ruandesa, Kigali, uma fábrica de *smartphones*, com objectivos ambiciosos. Com os seus Mara X e Mara Z, equipados com o sistema operativo Android, o grupo pretende rivalizar com os líderes de vendas de *smartphones* em África – os chineses Transsion e Huawei, além da Samsung e Tecno.

Graças a empresas como a Mara, o Ruanda é hoje o país que mais cresce em África. Aliás, em 2018 registou o ritmo mais acelerado de crescimento económico em todo o mundo – perto de 9%, segundo o relatório Africa’s Pulse, divulgado em outubro pelo Banco Mundial. Este ano, disputa a liderança com Bangladesh, Vietname e com três pares africanos – Etiópia, Costa do Marfim e Burkina Faso.

A impulsionar o crescimento da economia ruandesa, e de outras vizinhas, estão importantes saltos tecnológicos, conforme salienta o relatório Africa’s Pulse – a instalação de painéis solares e redes eléctricas de pequena escala estão a levar “eletricidade barata e renovável” a cidades e comunidades rurais. A carência de vias de comunicação está a ser suprida com recurso a “drones” – que, no caso do Ruanda, já permitem a entrega de bens em zonas remotas.

Embora o crescimento dos países africanos continue a ser frequentemente associado a ciclos de aumento dos preços das matérias-primas, o Ruanda não é grande produtor de petróleo, como Angola ou Nigéria, ou de minerais,

como a República Democrática do Congo. É, aliás, mais conhecido por suas colinas. A Etiópia, outro país em rápido crescimento, é árida, tem um longo historial de secas e fome e o seu crescimento rápido explica-se pela muito acelerada industrialização, sobretudo atraindo fabricantes chineses.

Por causa do seu crescimento económico, o resto do continente africano tem vindo a olhar com crescente atenção para o Ruanda. O país tornou-se conhecido como a “Suíça africana”, pela combinação de um interior verdejante com cidades limpas e bem dotadas de serviços públicos – algo raro no contexto africano. Deu-se até ao “luxo”, em 2018, de investir 30 milhões de libras num patrocínio ao multimilionário clube de futebol inglês Arsenal – que ostenta desde então a frase “Visit Rwanda” nas mangas das suas camisolas vermelhas e brancas.

Será então o Ruanda o modelo para o resto do continente? Muitos africanos acreditam que sim. Não apenas pelo crescimento económico, mas também pela evolução de indicadores ao nível da saúde e bem-estar da população. Mas o país governado por Paul Kagame – que completará 20 anos no poder em 2020 – é um regime autoritário. E está longe de ser caso único.

Autoritarismo x crescimento económico

Para Nic Cheeseman, académico britânico da Universidade de Birmingham, exemplos como o do Ruanda e Etiópia – regimes autoritários com elevado crescimento económico são a excepção, não a regra. Estes dois países, disse ao África Capital o autor de alguns dos trabalhos de referência sobre a consolidação das democracias africanas, têm tido sucesso “no uso do modelo autoritário de desenvolvimento na procura de crescimento

Muitos africanos acreditam que o Ruanda é o modelo para o resto do Continente. Não apenas pelo crescimento económico, mas também pela evolução ao nível de indicadores como a saúde e o bem-estar da população



D.R.

económico, centralizando o controlo das actividades económicas, atacando a corrupção e investindo em áreas-chave da economia que poderiam não ter atraído investidores privados”. Mas em países com maiores níveis de concorrência política, o resultado do autoritarismo pode ser a violência e a desordem. O caso da Etiópia, onde o novo primeiro-ministro, Abiy Ahmed, chegou ao poder em 2018, na sequência de protestos populares, com uma agenda reformista – que já lhe valeu o Prémio Nobel de 2019 – foi já uma manifestação da viabilidade do modelo autoritário a longo prazo, diz Cheeseman.

Aliás, adianta o académico, dois dos maiores casos de sucesso económico em África, desde a independência, são modelos democráticos – Botsuana e Maurícias. “Em média, as democracias têm melhor desempenho do que Estados autoritários, no que diz respeito a crescimento económico”. No relatório Liberdade no Mundo 2019, da Freedom House, apenas 9 dos 54 países africanos são considerados livres. Nenhum deles é lusófono. Angola, por exemplo, continua a ser considerado um país “não livre”.

O Ruanda é, também para os democratas africanos, um exemplo – do que há de errado com o continente. O partido de Paul Kagame, a Frente Patriótica do Ruanda, controla o país com mão-de-ferro desde 1994, quando emergiu vencedor de um dos mais sangrentos conflitos da história de África. O “think tank” norte-americano Freedom House considera o país “não livre”. A Human Rights Watch (HRW), na sua mais recente avaliação do país, sublinha as “rígidas restrições à liberdade de expressão e ao espaço político” e diz que “jornalistas que ousam questionar a narrativa oficial são assediados ou presos”, nalguns casos em centros de detenção não oficiais. Há relatos de desaparecimentos e tortura.

“Uma atmosfera de medo e silêncio”. É o que descreve ao África Capital o jornalista ruandês Fred Muvunyi. Ex-presidente da Comissão do Ruanda para os Media, teve de fugir do país devido a ameaças e é hoje editor da Deutsche Welle Africa. “As mortes e intimidação contra elementos da oposição e da sociedade civil têm um efeito paralisante sobre a liberdade de expressão. A maioria dos ruandeses opta pelo silêncio, para não ter problemas”.

Estarão os ruandeses dispostos a sacrificar liberdades em troca de emprego e crescimento económico? Fred Muvunyi diz compreender que assim seja, mas rejeita cedências. “Quando se tem fome, quer-se comida. Quando se está de algemas, quer-se liberdade. Mas nenhuma dessas coisas deve privar-nos do direito que temos à outra”. ●



ATUALIDADE POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

À espera de um novo presidente

Depois da violência da campanha e da acalmia do dia das eleições, a tensão mantém-se em alta por causa do perigo da não aceitação dos resultados por parte da oposição. Resultados definitivos só talvez dentro de uma semana.

ANTÓNIO DE FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

Depois de uma campanha marcada pela violência – com um número de mortos que pode ter chegado aos 44, mais de duas dezenas e meia de feridos e cerca de 60 prisões – as eleições em Moçambique decorreram num quadro de inesperada acalmia, com uma participação que as autoridades consideram muito elevada.

Mas nada disso faz esquecer que num único acontecimento, regis-

taram-se dez mortos e 85 feridos: um comício/festa (que os moçambicanos chamam de 'showmícios'), na maior cidade do Norte de Moçambique, Nampula, transformou-se numa tragédia quando, no final da festa, a multidão saiu de forma desordenada do estádio da cidade. O Presidente moçambicano e candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, tinha acabado de se despedir do recinto.

Os resultados é que demorarão a ser conhecidos, mas esse parece ser o menor dos problemas que o país enfrenta: em cima da mesa está,

neste momento, a possibilidade de a oposição, nomeadamente a Renamo, vir a considerar que houve fraude generalizada e não aceitar os resultados que vierem a ser conhecidos – possivelmente dentro de 15 dias ou pouco menos.

O grupo de observação que a União Europeia enviou a Moçambique para acompanhar o andamento das eleições já disse que tudo correu de forma suficientemente satisfatória. Mesmo que o Centro de Integridade Pública (CIP), ONG moçambicana (que também cumpre a função de observatório da

corrupção), tenha avançado que terão ocorrido pelo menos dez tentativas de fraude com o recurso a boletins de voto previamente preenchidos – todos a favor da Frelimo, partido que está no poder desde 1975, ano da independência, e do seu candidato presidencial, Filipe Nyusi, o atual presidente, que se recandidata. Os casos foram reportados em Angoche, província da Zambézia, e Molumbo, na província de Nampula, respetivamente Centro e Norte do país, segundo relata a imprensa local.

A contagem de votos iniciou-se quando em certos pontos de Moçambique ainda se podiam ver filas de eleitores junto das assembleias de voto. Ao mesmo tempo, o presidente Filipe Nyusi já falava na consolidação da paz no país, enquanto o líder da principal força da oposição, Ossufo Momade da Renamo, advertia para os riscos para qualquer manipulação dos resultados. Entretanto, surgiram notícias de que o número de boletins em contagem pode exceder o número de votantes, o que pode acabar por colocar em causa todo o processo.

Para os observadores, esta é uma porta (entre)aberta para que a oposição possa alegar que os resultados, quaisquer que sejam, possam estar inquinados de fraude. Se isso acontecer, notam os observa-

dores, o país pode regressar ao caminho da violência – como, aliás, sucedeu em eleições anteriores que posteriormente redundaram num vendaval de confrontos entre a Frelimo e, principalmente, a Renamo.

Também a segunda força da oposição, o MDM, Movimento Democrático de Moçambique, de Daviz Simango, que foi também candidato às presidenciais, alertou para os perigos de fraude eleitoral.

Está, portanto, instalado um ambiente de alguma tensão, à medida a que os votos vão sendo contados. Os apelos à calma vêm do partido no poder, mas a oposição não está alinhada no mesmo sentido: a alegação de que ainda não é definitivo que não tenha havido fraude pretende deixar os apoiantes em estado de alerta e de observação do que se passa com os boletins de voto.

De qualquer modo, todos os analistas esperam que a Frelimo vença a votação para o Parlamento e que o seu candidato, o atual Presidente, seja reeleito para o cargo que ocupa. Em aberto, está a possibilidade de haver novos partidos no Parlamento. Recorde-se que, para além de Filipe Nyusi, concorreram ainda Ossufo Momade (Renamo), Daviz Simango, líder do MDM; e Mário Albino, do partido



D.R.

extraparlamentar Ação do Movimento Unido para a Salvação Integral (AMUSI).

Ora, segundo os observadores, é possível que o AMUSI venha a conseguir uma posição no Parlamento, alavancada pelo facto de ter assumido um lugar na corrida à presidência – mas a verdade é que o partido não concorreu em todas as províncias, o que não lhe permite a visibilidade necessária para atingir um bom 'score' eleitoral. De qualquer modo, e tal como a lei indica, os moçambicanos terão de esperar cerca de 15 dias pelos resultados definitivos.

Mas isso não obsta a que todos os envolvidos saibam que a Frelimo e o seu candidato vão arrebatar a presidência. As primeiras contagens conhecidas indicam isso mesmo, e a única coisa que ainda está em aberto é perceber-se qual será a dimensão da vitória.

Entretanto, ficou a saber-se que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano Oldemiro Balói vai liderar a missão de observadores da CPLP às eleições presidenciais de 24 de novembro na Guiné-Bissau. De algum modo, isso pode querer dizer que o país tem vindo a melhorar a sua imagem internacional e que os seus parceiros naquela organização contam com Moçambique. ●

Avolumam-se os sinais de que a oposição pode optar por não reconhecer os resultados que vão sair de mais um ato eleitoral marcado por alguns atropelos à legalidade

BREVES

Meio milhão de euros

É o valor do investimento anunciado pela EDP em projectos na África. O montante se insere na segunda fase do Fundo A2E (Access to Energy), programa de acesso a energias renováveis para países africanos que irá financiar entidades com ou sem fins lucrativos num total de 500 mil euros. Depois de ter chegado em 2018 ao Quênia, Malawi, Moçambique e Tanzânia, a iniciativa irá agora abranger a Nigéria. Segundo a companhia eléctrica, nesta segunda edição, o fundo A2E “continuará a garantir apoios financeiros entre 25 mil e 100 mil euros a cada projeto”. No ano passado, a EDP recebeu 108 candidaturas ao programa e disponibilizou 450 mil euros para apoiar novos projectos em áreas carenciadas.

“

“O país está a ser empurrado para uma situação de subversão da ordem constitucional por pessoas que querem a todo o custo chegar ao poder.”

A frase foi publicada no Facebook pelo Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Aristides Gomes, para denunciar uma tentativa de golpe de Estado. As eleições presidenciais no país estão marcadas para 24 de Novembro.

DHL reforça presença na África subsariana

A DHL expandiu sua aplicação de compras on-line Africa eShop a 34 países da África Subsariana. Em apenas três meses, a plataforma já havia chegado a 20 países da região. Hennie Heymans, CEO da DHL Express África Subsariana, afirma que o aumento de utilizadores da aplicação tem sido impressionante, não apenas no número de transferências mas, mais importante, em termos de encomendas.

OPINIÃO

Que Moçambique depois do dia 15 de outubro?



LOURENÇO ROSÁRIO

Presidente do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares

Moçambique tem vivido nos últimos anos vicissitudes diversas do ponto de vista político, económico e social. Politicamente, Moçambique confronta-se com uma situação de definição de um futuro de paz, buscando por todos os meios através das lideranças dos dois maiores partidos – Frelimo e Renamo –, instrumentos que permitam que se entre numa fase de paz e concórdia perenes.

A visita do Papa Francisco no mês de setembro trouxe uma mensagem que procurava fecundar o florescimento de um clima de reconciliação nacional, de modo a que todos os moçambicanos pudessem usufruir de um ambiente político e democrático robusto em busca de uma prosperidade económica e social. Contudo, o cenário que se vive neste momento traz ventos que colocam em dúvida se este pressuposto de paz, concórdia e reconciliação nacional pode efectivamente ser vivido. Por um lado, apesar dos discursos dos actores políticos irem no sentido de respeito pela diferença, na prática, há ainda alguma intolerância por essa mesma diferença na voz e nos actos.

A insegurança militar e os actos no terreno entraram já no dia a dia dos moçambicanos, quer na província norte-nha de Cabo Delgado, quer no daqueles que se deslocam pelas estradas do Centro de Moçambique. E, ainda por cima, não se vislumbra de imediato qualquer possibilidade da sua anulação. Tudo isto acontece num momento em que do ponto de vista eco-

nómico, Moçambique emerge graças ao seu grande potencial de recursos naturais, como um país que num futuro próximo poderia ser considerado um dos mais ricos do Hemisfério Sul. Este desiderato cria expectativas em todos os quadrantes sociais dos moçambicanos, no sentido de que a distribuição da renda a partir dessa riqueza que está a vista deva ser distribuída de uma forma transparente, equitativa e inclusiva.

No entanto, ventos de corrupção sopram de tal forma que a própria liderança política, reconhece que o país vive endemicamente mergulhado numa situação de corrupção reiterada. De nada serve a institucionalização de órgãos de combate a corrupção, sem que se consolide o funcionamento dessas mesmas instituições. Por isso, um grande cepticismo paira na mente dos cidadãos sobre os benefícios que podem colher deste “boom” económico.

Socialmente, por outro lado, os efeitos nefastos do bloqueio internacional que o país esta a sofrer, resultante do problema das dívidas não declaradas, tem tido resultados devastadores na vida das famílias. Os moçambicanos de uma forma geral empobreceram grandemente e as medidas que têm sido tomadas do ponto de vista de reformas na governação na área da fiscalidade e nas reformas económicas não auguram melhorias das condições sociais dos cidadãos na saúde, na educação, no acesso a habitação condigna, nas infraestruturas, no acesso a água potável, na energia e no emprego juvenil, apesar do discurso apresentado pelos actores políticos durante a campanha eleitoral tentar contrariar este cenário.

Moçambique esta a viver neste momento uma situação de adiamento perante a História que poderia levar o país para uma plataforma seguramente mais próspera porque os factores para que isso aconteça existem objectivamente. ●

TECNOLOGIAS

Economia digital está a mudar a face de África

Negócios baseados na economia digital electrónicos impactam o panorama económico dos países africanos, abrem novos horizontes para empresas e investidores e mudam o comportamento de consumidores.

TATIANA ENGELBRECHT, COM DANIEL ALMEIDA (EM CABO VERDE) E ANA SINILEY (EM ANGOLA)

tatiana@afriacapital.net

A Organização das Nações Unidas divulgou seu primeiro Relatório de Economia Digital. No documento, chama a atenção para o risco do aumento da desigualdade mundial em consequência da concentração da riqueza da economia digital nas mãos dos Estados Unidos e China e pede esforços globais no sentido de distribuir os ganhos desta promissora fonte de riqueza e geração de dados.

O estudo mostra ainda desafios e perspectivas para os países menos desenvolvidos, nomeadamente da África e América Latina. A considerar a dependência das transações baseadas em dinheiro na maioria dessas nações, a ONU recomenda que os governos promovam meios de pagamentos móveis e soluções que não envolvam o uso de dinheiro em espécie, bem como o desenvolvimento financeiro digital. O relatório refere ainda a importância do incentivo ao internet banking, com foco em transferências bancárias e interbancárias e pagamentos on-line.

Em muitos países africanos, entretanto, a carência de infraestruturas e o incentivo governamental aquém do necessário não têm impedido o avanço da economia digital. Um exemplo é Angola, onde pagar por serviços sem sair de casa já é uma realidade. A enfrentar uma crise financeira e uma nova era na vida política, sob o comando do presidente João Lourenço, o país aderiu em massa os meios electrónicos de pagamento. A juventude tem sido o foco dessa nova fase. A Tupuca, primeira aplicação (“app”) de serviços de “take-away”, teve uma entrada tímida no mercado, mas já conta com mais de 100 fun-

cionários. A Tupuca é utilizada para serviços como entrega e venda de roupas e até troca de produtos em supermercados. Entusiasmados com os resultados, os mentores do projeto investiram noutra negócio baseado em pagamento electrónico, o T Leva, de serviços de táxi.

“Implantamos o mesmo conceito utilizado pela UBER, em que o usuário acompanha o percurso do motoboy e sabe a previsão de chegada. Para nós, este foi o grande diferencial”, diz Wilson Ganga, cofundador da empresa.

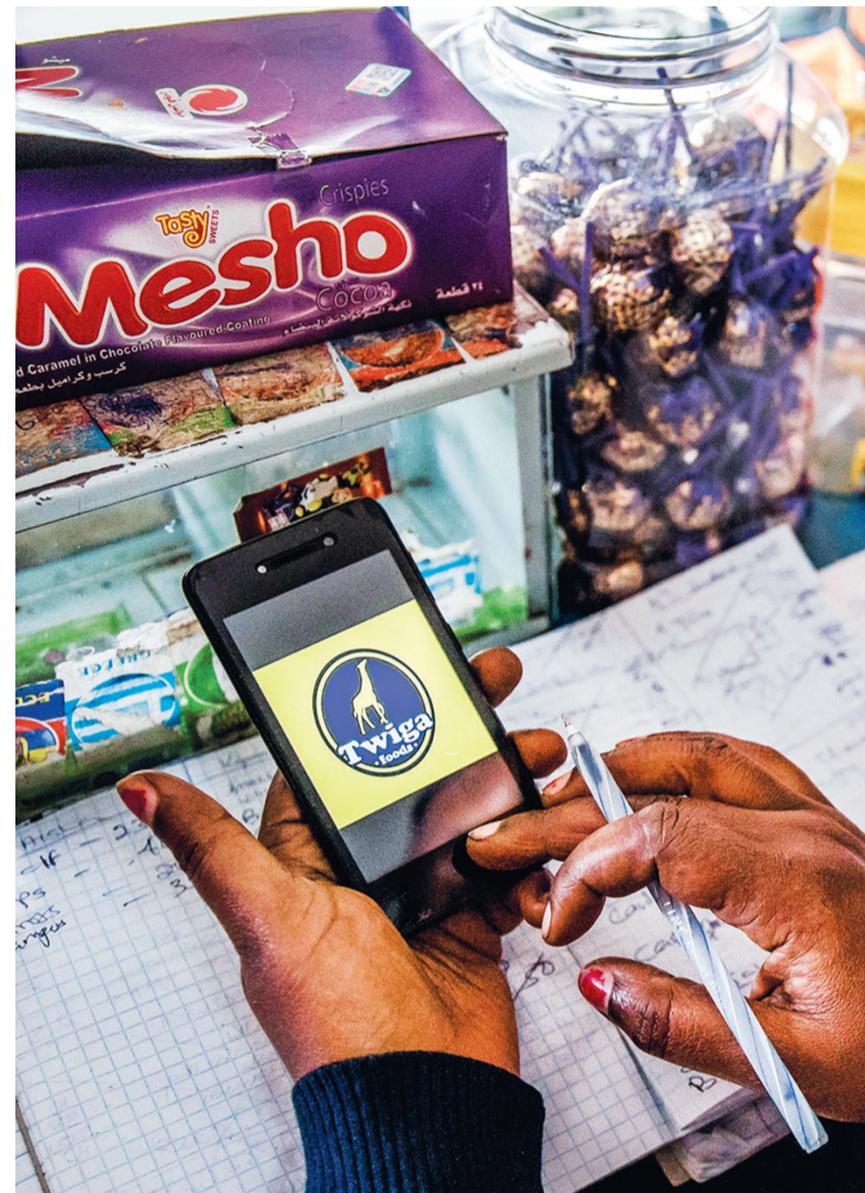
Quando os quatro jovens decidiram empreender neste ramo em 2015, não acreditavam que um país como Angola, onde a burocracia é o grande calcanhar de Aquiles dos pequenos empreendedores, tivesse tanto espaço para uma empresa on-line. Desde então, o número de entregas mensais da Tupuca passou de 400 para mais de 8.000.

Até ao momento, Luanda é a localidade que mais adere aos novos meios de pagamento e à nova forma de consumo, embora os preços da internet sejam altos e a qualidade dos serviços, baixa. A EMIS, empresa de serviços interbancários de Angola, garante que o serviço 4G e 5G ainda não é totalmente funcional como em outros países de África. Mas esta deficiência não tem impedido que o número de usuários de “smartphones” cresça diariamente e que os novos meios de pagamentos sejam cada vez mais utilizados.

Em 2017, depois de participar no concurso internacional da Microsoft “Imagine Cup”, seis jovens angolanos criaram a startup Alfa Key, que permite a contratação de funcionários. Os usuários entram em contacto por meio da aplicação Bumba, onde podem solicitar os serviços de um ladrilhador, pintor, cabeleireiro ou mesmo de uma empregada doméstica. Até ao momento, a startup conta com 1.000

ARQUIPÉLAGO DIGITAL

A Agência Reguladora Multisectorial da Economia - ARME, em parceria com a multinacional Huawei, promoveu em julho um workshop sobre 5G em Cabo Verde. O evento reuniu vários actores do setor das comunicações electrónicas e contou com a participação do presidente da Huawei para a Região Norte e Oeste de África, Alvin Dong, e o vice-primeiro-ministro de Cabo Verde, Olavo Correia, que disse que o país vai avançar nos próximos tempos para a criação da sua Zona Especial Económica para as TIC’s também com a parceria da Huawei. O objectivo, adiantou, é transformar Cabo Verde num arquipélago digital e, conseqüentemente, acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico, criando infraestruturas e um bom quadro legal e regulatório. A Huawei é, neste momento, a principal parceira tecnológica das operadoras Cabo Verde Telecom e Unitel T+. É, igualmente, um dos principais parceiros do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSi), que gere a rede do Estado. A Huawei está a implementar o projeto “Cidade Segura”, do Ministério da Administração Interna, que consiste na instalação de câmaras de vídeo-vigilância nos principais centros urbanos do país. Para o Presidente de Conselho de Administração da ARME, Isaias Barreto da Rosa, é importante começar desde agora a preparar para o 5G, tendo em conta que Cabo Verde pode capitalizar nos investimentos feitos nas redes 4G.



de usuários e recebe mais de 100 pedidos semanalmente.

“Somos jovens, e o país não tem emprego para todos nós”, diz Osmar Pessela, um dos integrantes da Bumba. “Com a tendência de desenvolvimento tecnológico, decidimos arriscar e estamos felizes com os resultados.” O sistema de pagamento on-line ainda é um desafio, não só pela fraca qualidade da internet, mas também por desconhecimento dos consumidores.

Mudança de hábito

No relatório da ONU, António Guterres, secretário-geral da organização, afirma que é preciso “trabalhar para combater a lacuna digital, em que mais da metade do mundo tem acesso limitado ou inexistente à internet”.

O impacto da economia digital já é visível, não apenas a economia, mas também no estilo de vida da população de muitas nações africanas. Em Cabo Verde, os avanços tecnológicos e a evolução do setor de meios de pagamento electrónicos (desde 2012, todas as instituições que fazem parte da rede bancária cabo-verdiana contam com o serviço de “internet banking”, agora também disponível em “smartphones”) acabaram por influenciar o comportamento dos consumidores. As duas operadoras

de telecomunicações do país (Cabo Verde Telecom e Unitel T+) introduziram recentemente a tecnologia 4G e anunciaram para breve o início das operações da 5G. O Governo pretende que Cabo Verde seja o primeiro da África a dispor da tecnologia 5G. Para o efeito, conta com o apoio do Governo chinês e da multinacional chinesa Huawei.

Para além de estimular o comércio formal, as empresas baseadas nas novas tecnologias vêm contribuindo para a disseminação dos meios de pagamento electrónicos. O mercado cabo-verdiano já conta com diversas

“Somos jovens, e o país não tem emprego para todos nós”, diz Osmar Pessela, um dos integrantes da Bumba. “Com a tendência de desenvolvimento tecnológico, decidimos arriscar e estamos felizes com os resultados”



Bloomberg

ENTREVISTA CLÁUDIO SILVA Fundador do Luanda Nightlife e do Angola Restaurant Week

“Falta de acesso a divisas é o maior obstáculo”

O criador do primeiro portal de avaliações críticas de restaurantes e hotéis de Angola fala sobre o atual cenário do empreendedorismo digital no país.

Em 2013, a oferta de informação sobre onde comer, o que fazer e por onde viajar em Angola era praticamente inexistente. Foi nesse cenário que o jovem empreendedor Cláudio Costa, nascido em Luanda e formado em Inglaterra, Portugal e EUA, enxergou uma oportunidade e decidiu se arriscar no mundo digital. Idealizou o Luanda Nightlife (LNL), site baseado em apreciações críticas de restaurantes, hotéis e estabelecimentos voltados ao lazer. O projecto evoluiu para uma plataforma multicanal de “informação e opinião”, composta de site, perfis nas redes sociais, eventos e newsletter. A mais recente iniciativa da empresa é a aplicação LNL. “A app ainda não é a componente mais importante do LNL, mas tem potencial para ser”, afirma. O sócio-gerente da LNL e organizador do Angola Restaurant Week, falou ao África Capital sobre sua experiência e a economia digital em Angola.

Como nasceu o LNL?

O LNL nasceu da necessidade de informar o público local sobre as opções de restauração, lazer e hotelaria em Angola. Na época, o conceito de reviews, ou seja, apreciações críticas, era virtualmente desconhecido no país, enquanto que, no resto do mundo, já se usavam aplicações e websites como Yelp, OpenTable e Zagat. Vimos aí uma boa oportunidade de negócio. O LNL é uma plataforma de informação e opinião.

Está nos planos o pagamento de serviços pela app? Quais os próximos passos?

Sim, mas, devido a limitações de várias ordens em Angola, é um objectivo no médio prazo. A app ainda não é uma forma de rendimento para o LNL. A nossa empresa rentabiliza-se pelos eventos que organiza, como o Angola Restaurant Week, Luanda Cocktail Week, Jantares Nómadas, Prémios LNL, Angola Hotel Week e outros, em que o principal modelo é o patrocínio de empresas (bancos, seguradores, marcas de bebidas, e outras) que querem chegar ao nosso público. Outra fonte de rendimento é o *sponsored content* – publicidade online, nas nossas plataformas – em formatos de artigos, fotos e posts. Não acreditamos em

banners, mas sim em conteúdo de qualidade, incluindo conteúdo pago, escrito na nossa linguagem. O primeiro passo foi conquistar Luanda. Depois partimos para as principais cidades angolanas, Benguela, Lobito e Lubango. No médio-longo prazo, pretendemos expandir o conceito para países como Moçambique, Namíbia e São Tomé. Planeamos ainda criar uma componente de reservas, ainda pouco popular em Angola, e um sistema de lealdade e *rewards*.

Qual é o perfil do público que utiliza as ferramentas do LNL?

A maioria do nosso público tem entre 25-34 anos (*young professionals*), viaja pelo menos uma vez por ano (dentro ou fora do país), almoça ou janta fora com alguma frequência e é usuário regular da internet. São, na sua vasta maioria, angolanos e estrangeiros residentes em Angola. Entre os subscritores da nossa newsletter, encontram-se embaixadas, petrolíferas, bancos, seguradoras, donos e gerentes de hotéis e restaurantes, membros do governo. Quanto ao tráfego do nosso portal, 70% vêm de Angola, 9% dos Estados Unidos, 7% de Portugal e 14% do resto do mundo.

Quais são as maiores oportunidades em Angola na economia digital?

Existem oportunidades na prestação de serviços e em soluções que facilitam a vida do cidadão. Bons exemplos são a app Appy Saúde, por meio da qual é possível marcar consultas e pesquisar soluções relacionadas à saúde; o Tupuca, que

aposta em logística e entrega todo o tipo de mercadoria, de comida a bilhetes para concertos; o Roque Online, que busca “formalizar” o mercado informal, tornando possível fazer compras nas praças informais via app; a SOBA, um mercado online para o todo tipo de coisas; e o Kubinga, o nosso Uber.

E os obstáculos a ultrapassar pelos empreendedores?

Existem vários. O mais grave é a falta de acesso a divisas. Isso torna muito difícil os pagamentos online em moeda estrangeira, visto que o kwanza (moeda local) é irrelevante na economia mundial. Nós pagamos servidor, Facebook ads, Google ads, Hootsuite e vários outros serviços online, com cartões de crédito pessoais em moeda estrangeira dos sócios da empresa. É uma situação grave. A burocracia continua a ser um empecilho, bem como a mentalidade de certos restaurantes e hotéis que ainda não estão na era digital. Fomos processados por um restaurante por escrever uma crítica menos boa, por exemplo.

Em que áreas a economia digital está mais desenvolvida?

Em comércio online e troca de serviços. A banca digital também começa a dar os seus primeiros tímidos passos.

Como analisa o uso de meios de pagamentos electrónicos?

Angola ainda é um bebé no que toca a pagamentos eletrónicos, devido às várias debilidades estruturais da nossa banca local. Contudo, já existem algumas soluções, como o carregamento de carteiras virtuais e os pagamentos por referência no Multicaixa. Essas soluções, infelizmente, ainda exigem a ida física ao banco ou ao Multicaixa.

Como poderia a infraestrutura ser aprimorada de forma a favorecer os negócios digitais?

É preciso liberalizar a economia e proporcionar acesso à moeda estrangeira, além de fazer um esforço para melhorar o posicionamento do kwanza. Precisamos também de poder fazer pagamentos online. E é preciso, sobretudo, aumentar drasticamente a penetração da internet no país e diminuir os custos desse serviço para a população. ● TE

plataformas de pagamento on-line, lojas virtuais, sistemas integrados de restaurantes, serviços de táxis e parquímetros que utilizam os meios electrónicos como formas preferenciais de pagamento.

Pioneira nesse tipo de negócio no país, a Pagali foi criada em 2013 para facilitar o pagamento de facturas de bens e serviços. Permite o pagamento online através de “apps” para iPhone e Android. A administradora da empresa, Arlinda Peixoto, sublinha que a legislação no país permite o “mobile payment”, além de serviços financeiros “que possam apoiar a banca”. Qualquer pessoa pode solicitar o serviço para o pagamento de facturas de eletricidade, água, telecomunicações, impostos, seguros, compra de recargas de gás e de telemóveis.

Focada no sector da restauração, a Ifome também está a crescer. A empresa faz entregas de refeições ao domicílio, mediante solicitação prévia no site ou na aplicação. Os pagamentos são efectuados através do telemóvel ou nos terminais de pagamento POS. Stefano Silva, gestor da Ifome, revela que a empresa tem 22 restaurantes associados na cidade da Praia. Em breve, o projeto deve chegar às ilhas do Sal e São Vicente.

A EMEP, que gere os parquímetros na cidade da Praia, também já introduziu sistemas electrónicos

de pagamento. Conforme o presidente do Conselho de Administração, Victor Coutinho, o objectivo é facilitar a vida dos condutores, que muitas vezes não dispõem de moedas para pagar pelo serviço. A EMEP dispõe de um aplicativo que permite o pagamento online do serviço. Além disso, as máquinas de rua vão passar a dispor de um terminal de pagamentos POS.

Principal parceira do serviço Taxipay, que permite o pagamento de táxis através dos terminais POS, a Caixa Económica de Cabo Verde também já lançou um serviço de pagamentos de facturas e de outros documentos do Estado via QR Code. Conforme o administrador do banco, Antão Chantre, com este serviço, o utente pode pagar, através do seu “smartphone”, qualquer factura, como eletricidade, telecomunicações, impostos e seguros. Embora os avanços sejam notáveis, um salto consideravelmente maior poderá ser dado se, como recomenda o estudo da ONU, houver mais investimento em infraestruturas e serviços acessíveis de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), soluções de pagamento electrónicas e logística do comércio, todos eles fatores decisivos para melhorar a disponibilidade dos países em desenvolvimento de fazer negócios “on-line”. ●



CLÁUDIO SILVA
Criador do Luanda NightLife

PALÁCIO PROJETADO POR GUSTAVE EIFFEL NO CORAÇÃO DE LUANDA GANHA NOVA VIDA

Projetado por Gustave Eiffel no século 19, o Palácio de Ferro, situado no coração de Luanda, será reabilitado e passará a funcionar como uma casa de cultura. A ação decorre da assinatura de dois compromissos entre o Grupo Total e a embaixada de França em Angola para financiar a implantação do plano de gestão do centro histórico de Mbanza Kongo, classificado como Património da Humanidade pela UNESCO, e a preservação e sustentabilidade do Palácio de Ferro. Por ocasião da assinatura dos acordos, Sylvian Itté, embaixador de França, referiu que a restauração da antiga cidade de Mbanza Kongo tem um significado

histórico para a França, visto que a antiga capital do reino do Congo foi berço de vários países hoje francófonos. A classificação de Mbanza Kongo como Património Mundial pelo UNESCO implica uma série de cuidados importantes que devem ser adotados. Para o efeito, a embaixada de França e o Grupo Total vão investir 400 mil euros no financiamento no envio de missões de peritos em arquitetura e arqueologia. Estão previstos ainda apoio a ações ligadas ao artesanato local e empreendedorismo, e a conservação de outras edificações simbólicas, como o Palácio dos Reis e a Biblioteca Municipal. ●



D.R.

OPINIÃO

África: do pan-africanismo ao nacionalismo



JAIME NOGUEIRA PINTO

Escritor, historiador, Doutor em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa

O principal problema político da África subsaariana é o da constituição e consolidação do Estado soberano; isto porque a formação institucional da África moderna foi muito determinada pelo pós-guerra e pelos interesses dos então poderes coloniais.

A ideologia consagrada na Carta das Nações Unidas depois da Segunda Grande Guerra desencorajava as relações imperiais ou coloniais e a Guerra Fria que então começava levava Washington a apoiar a descolonização para evitar que Moscovo capitalizasse politicamente junto dos movimentos independentistas.

Esta estratégia norte-americana,

juntamente com a base essencialmente económica da colonização europeia, levou a que o Reino Unido e a França anunciassem “ventos de mudança” e promovessem as independências africanas.

Outros poderes europeus seguiram o mesmo caminho. Portugal foi a exceção, por considerar os então territórios ultramarinos parte integrante da nação e essenciais para a independência nacional.

A nova vaga nacionalista

O paradigma do conflito ideológico está a mudar. Terminadas as economias socialistas, o principal dualismo já não é entre liberais (económicos) e socialistas (económicos, também), mas entre identitários e globalistas.

O factor identitário – com o proteccionismo económico e a restauração do conceito de fronteira – tem sido determinante para a emergência dos nacionalismos na União Europeia. Na China de Xi Jinping, na Rússia de Putin, na Turquia de Erdogan ou nos Estados Unidos de Trump, o nacionalismo também se tem vindo a impor ao globalismo rei-

nante desde o fim da Guerra Fria, com repercussões na política interna, migratória, económica e comercial.

A África não é imune a esta evolução. As confrontações xenófobas na África do Sul e as reacções de países como a Nigéria e a Zâmbia, cujos nacionais foram alvo de agressão, vieram chamar a atenção para a ambiguidade das “identidades” e confirmar a morte anunciada do pan-africanismo.

O dilema africano é agora entre

O dilema africano é agora entre nacionalismo e tribalismo e as questões essenciais prendem-se a temas como a hierarquia de lealdades entre identidades nacionais e tribais

nacionalismo e tribalismo e as questões essenciais prendem-se a temas como a hierarquia de lealdades entre identidades nacionais e tribais.

Onde houve uma aceleração do processo de integração nacional – como em Angola, em que a guerra civil forçou a urbanização e a movimentação dos combatentes promoveu a mistura étnica –, o problema da unidade nacional é mais simples. O mesmo não acontece onde há fragmentação cultural e etno-partidária – como na África do Sul e na RDC, onde as identidades raciais ou tribais subsistem ou na Nigéria, onde a religião é um factor de divisão.

A África subsaariana tem grandes potencialidades: reservas de água e boas terras agrícolas, recursos energéticos, abundância e variedade de minerais. Além disso, tem expectativas de crescimento demográfico e urbano, logo, de potencial crescimento dos mercados.

Mas a segurança é prévia a todos estes cenários e expectativas e a estabilidade política continua a ser condição sine qua non para o desenvolvimento económico.

O caso da África Lusófona

Em Angola, Moçambique e na Guiné Bissau, a luta pela conquista do Estado fez-se pela insurreição e pela guerrilha. A guerra da independência gerou vanguardas e lideranças locais, centralizadoras do poder, que vieram depois a ocupar a chefia dos novos Estados. Estas vanguardas tiveram de travar longas guerras civis para se manterem no poder antes de negociarem a paz com as oposições, subalternizando factores tribais e secessionistas. A natureza insular de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe também acelerou a integração e a unidade.

É uma vantagem comparativa sobre outros Estados africanos que receberam a independência como concessão do poder colonial. Neste momento de eleições em Moçambique e na Guiné Bissau e de transição em Angola – onde, apesar dos problemas económico-sociais, há unidade e identidade nacionais – é importante conservar e valorizar esta singularidade “lusófona” e continuar a promover a construção e consolidação do Estado. ●